



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 19515.001705/2007-57
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 1202-000.197 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Data 13 de junho de 2013
Assunto IRPJ E OUTROS
Recorrente EVERIS BRASIL CONSULT NEG TECNOL
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assina do digitalmente)

Carlos Alberto Donassolo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Orlando José Gonçalves Bueno

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Alberto Donassolo, Viviane Vidal Wagner, Nereida de Miranda Finamore Horta, Carlos Mozart Barreto Vianna, Gilberto Baptista e Orlando Jose Gonçalves Bueno

RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre lançamento de ofício formalizado em decorrência de ação fiscal procedida nos livros e documentos fiscais da Recorrente, relativamente aos anos calendários de 2002 e 2003, iniciada após revisão de ofício das respectivas DIPJ's, entregues pelo sistema denominado "*Lucro Real Anual*".

No curso da ação fiscal a autoridade administrativa intimou a Recorrente a comprovar, mediante documentação hábil idônea, bem como a demonstrar a efetividade da prestação dos serviços e sua necessidade face aos objetivos da empresa, em relação as (i) despesas contabilizadas no ano calendário de 2002; além de comprovar a autenticidade de (ii)

contratos de câmbios; (iii) pagamentos de IRRF, (iv) CIDE das despesas objeto das referidas intimações fiscais; e apresentar os contratos de prestação de serviços de assistência técnica, registrado junto ao Banco Central, celebrados com as pessoas envolvidas nas respectivas despesas.¹

Após resposta a intimação fiscal, a autoridade administrativa entendeu que a Recorrente não comprovou os valores passíveis de dedução do lucro real a título de pagamento por assistência técnica pagas ao exterior², e procedeu a glosa desses valores submetendo-os a tributação pelo lançamento de ofício em foco, ressaltando que, considerando resposta a intimação fiscal na qual a Recorrente afirma ter procedido a estornos em razão da devolução de valores relativos a horas de consultoria prestada por empresas do Chile e da Espanha, deduzidas na apuração de resultados declarados em DIPJ, subtraiu estes valores da base de cálculo do lançamento.³

Ademais, a autoridade fiscal procedeu a compensação dos prejuízos fiscais apurados durante os anos-calendários de 2001 e 2002.⁴

Em decorrência do aproveitamento integral, tanto dos prejuízos fiscais quanto das bases de cálculo negativas da CSLL, tendo em vista a glosa realizada no ano calendário de 2002, as compensações com o lucro líquido ajustado e com a base de cálculo da CSLL declarada no ano calendário de 2003 tornaram-se indevidas. De tal sorte, foi apurado lucro em relação ao mencionado período fiscal, também levado a tributação pelo lançamento em foco.

Cientificada da autuação, a Recorrente apresentou tempestiva impugnação requerendo a anulação do lançamento ante a ausência de motivação da autuação haja vista que não se procedeu a busca da verdade material no curso da fiscalização.

Para fundamentar tal alegação, a impugnação menciona que a limitação à compensação aduzida pela autoridade fiscal somente se aplicam nos casos em que há efetiva transferência de tecnologia, situação que não foi mencionada e tampouco comprovada durante o curso da ação fiscal.

Prossegue asseverando que a fiscalização limita-se a partir da premissa de que as despesas deduzidas referem-se a prestação de serviços de assistência técnica, sem justificar tal assertiva em relação aos fatos e documentos disponibilizados, sendo que, todavia, tais despesas correspondiam a necessidade que a Recorrente teve de contratar outras empresas do grupo para prestar serviços no Brasil, tendo em vista que no início de suas atividades o seu quadro de funcionários no país era bastante reduzido.

Assim, considerando que as despesas deduzidas eram necessárias e não meramente assistência técnica, justifica a não apresentação de contratos registrados no BACEN, que são obrigatórios somente nas prestações de serviços de assistência técnica provenientes do exterior.

¹ Fls 499

² De acordo com a autoridade fiscal tratam-se de "*pagamentos por serviços prestados por profissionais especializados, oriundos da matriz na Espanha e filiais no Chile e Argentina, sujeitas à incidência quando da remessa dos pagamentos, pelos serviços prestados no Brasil ao exterior, ao Imposto de Renda na Fonte sobre Royalties e Assistência Técnica, códigos 0422, ficando caracterizado, no caso em questão tratar-se de prestação de serviços de assistência técnica pagos a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior*".

³ Fls 505

⁴ Fls 507

Ademais, aduz que o fato de a autoridade fiscal ter constatado a existência de pagamentos feitos sob código de receita 0422, referente a prestação de serviços de assistência técnica, isoladamente, não é suficiente para comprovar que tais despesas são decorrentes da prestação de serviços de assistência técnica, tendo em vista que tais recolhimentos correspondem a pequena parcela dos valores objetos da autuação, asseverando que a grande maioria dos recolhimentos a título de IRRF foram efetuados mediante o código 0473, referente a rendimentos do trabalho, aluguéis e arrendamentos.

Outro princípio invocado pela impugnação é o do dever da investigação, pelo o qual o Fisco tem o dever de apurar, verificar e certificar-se acerca da existência de determinada conduta. Assim, uma vez inexistente qualquer evidência de que os serviços contratados referiam-se a assistência técnica, e que, tampouco, consistiam transferência de tecnologia, não se pode aplicar as limitações impostas pela autoridade fiscal.

Além disso, a impugnação traz os conceitos de “assistência técnica” e “transferência de tecnologia”, no intuito de descaracterizar as infrações constatadas. De acordo com a Recorrente, o contrato de transferência de tecnologia constitui uma autorização do detentor de determinada tecnologia para outra pessoa utilizar em seu processo produtivo, trazendo o conceito de tecnologia.⁵

Quanto a assistência técnica, salienta tratar-se de pressuposto para a transferência de tecnologia, ou seja, a comunicação de informações relativas ao fornecimento de conhecimento, know-how.

Assim, aduz que inexistente, nas despesas glosadas, tanto a prestação de serviços de assistência técnica quanto transferência de tecnologia, tratando-se tais despesas apenas de prestação de serviço que requer o emprego de conhecimentos especializados.

Além disso, quanto a base de cálculo da CSLL, aduz a impugnação, ainda que admitida a hipótese de que as despesas referem-se a assistência técnica e transferência de tecnologia, é inaplicável a limitação da dedução de tais despesas da base de cálculo da CSLL.

Tal situação decorreria da inexistência de qualquer previsão legal que determine a adição de despesas com prestação de serviços de assistência técnica para determinação da base de cálculo da CSLL.

Por fim, na hipótese de prevalecer a autuação, apenas a título de argumentação, pugna pela inaplicabilidade dos juros sobre a multa de ofício aplicada.

Após a apresentação da peça impugnatória, a Recorrente trouxe ao conhecimento da autoridade de primeira instância fato superveniente, no intuito de reforçar os argumentos defensórios. Tais fatos consistem no requerimento de juntada de cópia integral do Processo de Consulta INPI/DIRTEC/Nº 076269 no qual o INPI se manifestou pela ausência de transferência de tecnologia nos serviços tomados pela Recorrente, quando da análise de contrato de prestação de serviços da mesma natureza dos apreciados pela autoridade fiscal.

⁵ Para o impugnante, “Entende-se por tecnologia as informações técnicas gerais ou especializadas, conhecimentos, know-how, habilidades e experiências corporificadas em pessoas, documentos ou equipamentos, com aplicação em todos os setores formais e informais da economia para a produção de bens e prestação de serviços, dos mais simples aos mais complexos, bem como para propiciar o desenvolvimento econômico como um todo”.

A decisão de primeira instância considerou parcialmente procedente a impugnação apresentada, recorrendo de ofício de tal decisão, consoante ementa abaixo:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Exercício: 2002, 2003

PRELIMINAR. NULIDADE.

Não se acata a arguição de nulidade se o lançamento foi efetuado por agente competente, com a observância dos requisitos exigidos pela legislação

tributária.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 2002, 2003

GLOSA DE DESPESAS. SERVIÇOS OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA. REMESSAS A

EMPRESAS DOMICILADAS NO EXTERIOR.

Não são dedutíveis do lucro líquido, na apuração do lucro real, as importâncias pagas a pessoas jurídicas ou físicas domiciliadas no exterior a título de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, quer fixas, quer como percentagem da receita ou do lucro, se os contratos firmados não forem registrados no INPI e no BACEN. A dedução somente seria admitida se satisfeitos todos os limites e requisitos estipulados por lei.

DEDUTIBILIDADE. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.

Se não há averbação do contrato em razão de as importâncias pagas a domiciliados no exterior não envolverem transferência de tecnologia, trata-se de assistência técnica ou serviços genuínos, não dedutíveis, para efeito de apuração do lucro real.

PREJUÍZO FISCAL DE ANOS ANTERIORES COMPENSADOS INDEVIDAMENTE.

Procede a constatação fiscal de saldo de prejuízo fiscal insuficiente para compensação com lucro real do ano-calendário de 2003, uma vez utilizado para compensar lucro real apurado de infração referente ao ano anterior.

JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE A MULTA DE OFÍCIO. A incidência de juros de mora sobre a multa de ofício, após o seu vencimento, está prevista nos artigos 43 e 61, § 3º, da Lei nº 9.430/1996. No caso em pauta, o crédito tributário constituído pelo lançamento abrange tributo e multa de ofício, portanto, incidem juros de mora sobre o montante total do débito.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

Exercício: 2002, 2003

BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO. AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.

Uma vez que a glosa das despesas não foi motivada pela falta de comprovação e/ou suposta inexistência das despesas deduzidas, mas em razão da impossibilidade de dedução prevista na legislação do Imposto sobre a Renda, a base de cálculo da CSLL não é afetada, pois esta corresponde ao resultado do exercício, submetido a ajustes entre os quais não estão contempladas expressamente as despesas com assistência técnica pagas a pessoas jurídicas domiciliadas no exterior.

BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL DE ANOS ANTERIORES. COMPENSAÇÃO.

Não subsiste a glosa fiscal da compensação da base de cálculo negativa efetuada na DIPJ/2004, pois decorrente da exigência da contribuição do ano-calendário de 2002, considerada im procedente nesta instância julgadora.

Lançamento Procedente em Parte

Destarte, de acordo com a decisão *a quo*, o lançamento não padece de qualquer nulidade, pois foi constituído de acordo com o artigo 10 do Decreto 70.235/1972. Além disso, inexistente qualquer das hipóteses de nulidade positivadas pelo artigo 59 do referido diploma legal.

Quanto as deduções, a autoridade julgadora *a quo enfatiza* que a fiscalização, mediante os documentos de fls. 212/490, comprovou tratarem-se de despesas com assistência técnica, asseverando que tais serviços nem sempre pressupõem transferência de tecnologia,

Neste sentido, traz à baila o ADN (COSIT) nº 01, de 05 de janeiro de 2000, o qual impõe a tributação do IRRF aos contratos de prestação de serviços técnicos sem transferência de tecnologia, contrapondo-se a alegação de que a limitação da dedução só se aplicaria nos casos em que houvesse transferência de tecnologia.

Além disso, esclarece a autoridade *a quo*, ainda que houvesse a possibilidade de deduzir tais despesas, haveria de se adicionar ao lucro real o valor correspondente à diferença entre o montante dos pagamentos anuais e o limite legal.

Quanto ao fato superveniente, sustenta que tal documentação contraproduz os efeitos buscados pela Recorrente, uma vez que ela equivoca-se ao aduzir que o regime fiscal invocado pela autoridade fiscal somente se aplica quando houver transferência de tecnologia.

No tocante aos prejuízos fiscais compensados no exercício de 2004 a decisão recorrida assevera que a procedência do lançamento do IRPJ do ano calendário de 2002 se aplica, igualmente, ao ano calendário seguinte, uma vez que o saldo de prejuízos utilizados na DIPJ/2004 foi consumido pela compensação do lucro real de 2002 apurado de infrações.

A respeito da base de calculo da CSLL, a decisão recorrida considerou **insubsistente a glosa**, porquanto, diferentemente do IRPJ, inexistente qualquer disposição legal

quanto a vedação ou a existência de limites específicos para a dedução da base de cálculo da referida contribuição.

No que tange a aplicação de juros de mora sobre a multa de ofício, a autoridade julgadora *a quo* sustenta que tal previsão encontra-se positivada nos artigos 43 e 61, §3º da Lei 9.430/1996.

Por fim, quanto a base negativa da CSLL de anos anteriores, compensada indevidamente no exercício de 2004, aponta que, uma vez reconhecida a improcedência do lançamento relativo ao ano calendário de 2002, o mesmo se aplica ao ano calendário seguinte.

Inconformada, a Recorrente interpôs recurso voluntário contra a decisão que manteve o lançamento correspondente ao IRPJ, alegando, em síntese, que a autoridade julgadora *a quo* adotou premissa equivocada ao classificar como assistência técnica os serviços correspondentes aos pagamentos deduzidos, modificando a acusação fiscal ao sustentar que é possível existir prestação de serviços de assistência técnica sem transferência de tecnologia, numa tentativa de esquivar-se da discussão sobre o conceito de assistência técnica, trazendo o conceito de assistência técnica extraído da IN 252/02, concluindo que os serviços relativos as despesas deduzidas ratavam-se disponibilização de mão-de-obra qualificada e apta a aplicar conhecimentos especializados, tanto para trabalhos que beneficiariam diretamente a Recorrente quanto para atender a demanda de clientes locais desta, que haviam a contratado para prestar tais serviços.

Ademais, assevera a Recorrente que, não obstante a ausência de qualquer diligência no sentido de verificar se os serviços tomados pela Recorrente referiam-se a assistência técnica, ela mesmo tomou a iniciativa de formular consulta ao INPI, que ao analisar o mesmo contrato de prestação de serviço entregue a autoridade fiscal, concluiu que tais serviços não são caracterizados como de assistência técnica, nos termos do artigo 211, da Lei 9279/96.

Ainda, salienta que a efetividade das despesas deduzidas restaram amplamente demonstradas no curso da fiscalização, uma vez que foram apresentados os contratos de prestação de serviços firmados entre a Recorrente e empresas do grupo localizadas em outros países; relatórios de atividades desenvolvidas, contratos de câmbios das remessas de valores, dentre outras evidências.⁶

Por fim, pugna a Recorrente pela inaplicabilidade do juro de mora sobre a multa de ofício aplicada, uma vez que se admitida, tal providencia implicaria no enriquecimento ilícito do Erário público.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Orlando José Gonçalves Bueno, relator.

O recurso preenche os requisitos de admissibilidade razão pela qual dele tomo conhecimento.

Antes de apreciar a questão sob o critério meritório, quanto a glosa realizada sobre as despesas deduzidas do IRPJ cabe tecer algumas considerações;

A autoridade fiscal considerou que os serviços cujos pagamentos foram deduzidos da base de cálculo referiam-se a prestação de serviços de assistência técnica e, portanto, tais deduções eram indevidas;

Em sua Impugnação, a Recorrente assevera não se tratar de assistência os serviços prestados, cujos pagamentos foram deduzidos da base de cálculo, uma vez que tais serviços não consistiam em transferência de tecnologia, alegando que tais serviços eram despesas necessárias, ou seja, de natureza eminentemente operacional;

A decisão recorrida, por sua vez, sustenta que, ainda que não exista transferência de tecnologia, as prestações de serviços relativas a assistência técnica não podem ser totalmente deduzidos da base de cálculo do IRPJ;

A Recorrente reitera a alegação de que tais serviços não referem-se a assistência técnica trazendo resposta a consulta realizada junto ao INPI, que analisou o mesmo contrato analisado pela autoridade fiscal, e conclui não se tratar de prestação de serviços de assistência.

Assim, é crucial para o esclarecimento fático do presente litígio, a descrição real e verdadeira sobre a natureza das despesas glosadas pela autoridade fiscal.

Neste sentido, considerando que a Recorrente já se manifestou sobre tal situação, e considerando a necessidade real verificação sobre a natureza de tais serviços, uma vez que a decisão recorrida apenas se manifesta sobre a impossibilidade de dedução dos serviços prestados sem transferência de tecnologia, remanesce a dúvida concreta se realmente são serviços de assistência técnica, ou se são despesas operacionais, em confronto com o contrato de prestação de serviços e com a efetividade dos serviços prestados, sejam, ou não, de assistência técnica.

Diante tal questão fática, apresenta-se necessária, considerando a busca da verdade material sobre os fatos que embasam a autuação fiscal, propor a conversão do julgamento em diligência para que a autoridade de origem constate, mediante análise dos contratos de prestações de serviços da Recorrente, por amostragem, e seus clientes no território nacional, intimando-os para tanto, a fim de descrever, efetivamente, os serviços realizados decorrentes dos contratos indigitados, após o que, colher a manifestação, no prazo de 30(trinta) dias da Recorrente.

(documento assinado digitalmente)

Orlando José Gonçalves Bueno